

LITERATURA NEGRA E DIFERENÇA CULTURAL

Taise Campos dos Santos Pinheiro de Souza *

RESUMO: *No presente trabalho, tecemos uma reflexão sobre as mudanças e implicações resultantes da inserção do eixo étnico-racial na literatura brasileira. Assim, refletimos sobre esse conceito tão instável, a literatura, e sobre as implicações dos estudos culturais em sua reconfiguração. Para tanto, nos embasamos em teóricos como Eagleton (2006), Culler (1999), Cuti (2010), Dalcastagnè (2005), entre outros. Além de apresentarmos uma revisão sobre conceitos como Literatura negra / afro-brasileira/ afrodescendente, em sua relação conflituosa de ausência/inserção na literatura brasileira, observamos como a emergência de uma textualidade negra conferiu à literatura uma perspectiva marcada pela diferença cultural dos sujeitos escritores e de seus locais de enunciação.*

PALAVRAS-CHAVE: *Literatura Brasileira; Textualidade negra; Diferença cultural.*

ABSTRACT: *In the present paper, we weave a reflection on the changes and implications resulting from the insertion explained by the ethnic-racial axis in Brazilian literature. Thus, we reflect on that concept so unstable, literature, and on the implications of cultural studies in its reconfiguration. To do so, we will take as a theoretical basis authors such as Eagleton (2006), Culler (1999), Cuti (2010), Dalcastagné (2005), among others. In addition to presenting a review of concepts such as black literature / afro-Brazilian / afrodescendent in its conflictive relation of absence / insertion in Brazilian literature, we observe how the emergence of a black textuality gave the literature a perspective marked by the cultural difference of the subjects writers and their places of enunciation.*

KEYWORDS: *Brazilian literature; Black textuality; Cultural difference.*

“Falar é existir absolutamente para o outro”.
(FANON, 2008, p.33)

1. LITERATURA EM PERSPECTIVAS

Agregar uma qualificação para o termo literatura é algo que envolve uma complexa teia de construções históricas, estéticas e significantes.

* Mestra em Crítica Cultural (área de Letras) pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus II.
E-mail: tai_campos@hotmail.com.

Denominá-la como literatura negra/ literatura afro-brasileira compreende a quebra de uma teoria literária tradicional postulada como universal, o que nos faz imergir em engendramentos conceituais e discursivos, que, para além de pressupostos estéticos, abarcam questões ideológicas, culturais e de poder. Por isso, antes de discutirmos sobre a literatura, inscrita pelo eixo da raça, faz-se necessário elucidar como a concebemos, pois o próprio termo em si já é complexo e desperta uma diversidade de conceituações.

Compagnon (1999) evita uma concepção dicotômica do termo, ao tratar a literatura a partir de um entre-lugar que aloca duas abordagens: uma histórica e uma linguística. O autor reconhece a complexidade do conceito, sua heterogeneidade e que sua concepção se dá a partir de escolhas e preferências.

É também por uma via da pluralidade em torno do termo que Eagleton (2006) nos aponta como a definição de literatura dependerá do olhar, da forma pela qual “alguém resolve ler e não da natureza do que é lido” (EAGLETON, 2006, p. 12). Destarte, não dependeria da materialidade do texto, mas do modo como as pessoas se relacionam com o mesmo, como o enxergam. Entretanto, o autor esclarece que, apesar de não ser possível conceber a literatura como uma categoria “objetiva”, também não é válido afirmar que ela é definida apenas pelo que tendemos a chamar de literatura. Então, o que é afinal literatura? Ou melhor, a pergunta mais pertinente a fazer é: O que entendemos por literatura?

Reconhecemos com Eagleton (2006, p. 24) que “[...] os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos

têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais”. Por isso, entendemos que a preocupação apenas com o estudo da forma literária, com a organização particular da linguagem e aplicação da linguística ao estudo literário, sem relação com a realidade e o contexto histórico da obra não nos contempla aqui.

Ao analisar a relação entre a teoria literária e os Estudos Culturais, Culler (1999) nos aponta como estes enriqueceram e conferiram nova percepção aos estudos literários, dando à teoria uma prática significada de produções e representações culturais, pautadas na vivência e na constituição dos sujeitos humanos. Tal movimento desestabiliza uma literatura focada apenas na imanência e pautada por uma excelência literária pré-determinada.

Para Todorov (2012), a literatura tem importância na formação cultural do sujeito e a forma distorcida como ela é concebida ou utilizada pode minar o poder vital que tem sobre a construção sociocultural do indivíduo. Como o mesmo afirma: “[...] a literatura nasce no centro de um conjunto de discursos vivos” (TODOROV, 2012, p. 22), portanto tem algo de experiencial, não pode vir do vazio, nem tão pouco ser isenta de significação. Ela é estética, formada por elementos intratextuais, mas também é histórica, cultural e ideológica. É, como afirma o autor, regida por forças sociais, políticas e étnicas.

A partir de tais conceituações teóricas, entendemos a literatura, em seus diversos aspectos: estético, cultural, histórico, ideológico e político. É a arte trabalhada pela ficção, mas significada, muitas vezes de contextos

reais e de condições de existência. Por isso, não é puro verbo dissociado de significantes, mas a literatura ressoa representações, formações discursivas várias, que tanto podem ser reativas, ao afirmar paradigmas socioculturais hegemônicos e estabilizados, quanto podem ser ativas, ao desestabilizar, desconstruir tais paradigmas, como em uma literatura “menor”.

Corroborando com Deleuze e Guattari (1977), o “menor”, neste aspecto, não significa algo negativo, mas expressa o movimento revolucionário dentro de uma língua maior, da literatura instituída, estabelecida.

A literatura, denominada menor, é concebida, pelos autores, como uma máquina política, de cunho social, cultural e de expressão coletiva. Observamos que tais características aplicam-se, em muitos pontos, à literatura negra.

Como na literatura menor, conceitualizada pelos autores referidos anteriormente, na literatura negra, geralmente, tudo adquire um sentido político, um caso individual liga-se a outros, tornando-se político. É uma literatura com implicações do pessoal no político, assim como no feminismo.

Também, na literatura menor tudo adquire um valor coletivo, uma vez que produz uma solidariedade ativa. Nela se evidenciam agenciamentos coletivos de enunciação como potências revolucionárias. Assim, observamos que a literatura negra integra um movimento maior, que abarca a questão étnico-racial de homens e mulheres subalternizados,

por isso mesmo a enunciação negra compõe um coletivo, com intervenções políticas, culturais e sociais.

A literatura, por essa perspectiva, torna-se um campo de atuação de grande potencial para os sujeitos negros, uma vez que os mesmos forjam espaços para trabalhar a sua significância e existência dentro de uma sociedade que, por muito tempo, fez questão de esquecê-los ou deixá-los à margem. Essa literatura menor, em seu sentido mais potente, opera, pois, com micro revoluções, e a apropriação da escrita permite ao indivíduo subalternizado sair da posição de objeto para sujeito de seu próprio discurso, como evidencia Ferréz (2005).

Desse modo, as produções literárias de escritores (as) negros (as) passam a compreender, politizando determinismos, também o contexto sociocultural em que se encontram inseridas, uma vez que, segundo uma proposta crítica cultural, não podemos dissociar a literatura da vida. Nesse sentido, a literatura é perigosa, pois, como evidencia Cuti (2010), tem poder de alimentar o imaginário, de interferir no campo da representatividade e na construção das relações sociais, por isso não é inocente e nasce em meio a tensões. Ao tratarmos da literatura negra, enquanto uma proposta política, estética e literária, remexemos o estável, voltamos ao passado colonialista e tocamos em processos de exclusão e opressão que ainda permanecem, porém, sob novas roupagens.

Tais questões perpassam-engendram desconstruções e novas construções discursivas que não podem ser apagadas dos estudos culturais,

pois problematizam a textualidade, enquanto lugar de representação, fonte de poder e de resistência.

2. LITERATURA NEGRA, LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: CONCEITOS, VERTENTES E FEIÇÕES

As lutas de combate ao racismo, travadas pelos movimentos negros, em torno do mundo, foram de extrema importância para a ebulição de uma literatura marcadamente negra. A década de 70 foi um período importante para a efervescência desses movimentos no Brasil. Movimentos, como o MNU-Movimento Negro Unificado, lutaram pela emancipação e reconhecimento do sujeito negro e de suas alteridades, o que repercutiu no campo literário, muito embora já, desde o século XIX, vozes negras, inclusive femininas, tenham ousado rasurar uma formação literária brasileira canônica, inserindo em suas temáticas questões e conflitos do povo negro. Nomes como os de Luís Gama, Maria Firmina dos Reis, Cruz e Souza foram importantes para dar vazão a esse percurso literário, inscrito sob o signo da negritude, porém se mantinham suprimidos por uma literatura canônica.

A literatura negra ganha força em meio a mobilizações por emancipação de sujeitos sociais estigmatizados, a partir de uma conscientização e questionamentos identitários. A estudiosa Zilá Berned indica:

No Brasil, a partir da década de 1970, iniciou-se um debate sobre como denominar a literatura caracterizada pela emergência de um eu enunciador que se assume como negro, identificando-se com a preservação do patrimônio cultural de origem africana. Foi a partir dessa época que se passou a adotar o

termo literatura negra. O século XXI trouxe a consolidação do uso dos termos afro-brasileiro e afrodescendente (do inglês afro-descendent), visto que o termo negro poderia indicar a epidermização do conceito, isto é, a definição de uma expressão artística pela cor da pele dos autores. (BERNED, 2011, p.15).

Como podemos inferir, através da citação da autora, os três termos Literatura Negra, Literatura Afro-brasileira e Literatura Afrodescendente são usados para nominar a produção marcada por um eu enunciador negro, porém em períodos diferentes.

Buscar uma definição para essa produção literária é algo complexo, em um tempo em que surgem diversas formulações e intensos debates teóricos sobre a mesma.

Em *Literatura negra, Literatura afro-brasileira*: como responder à polêmica? Nazareth Fonseca (2006) levanta uma discussão acerca da utilização dos termos literatura negra; literatura afro-brasileira e literatura afrodescendente, explanando os questionamentos e as implicações contidas em torno destes. Fonseca traz três definições com recortes étnicos: literatura negra; literatura afro-brasileira e literatura afrodescendente; vejamos:

[...] a denominação “literatura negra”, ao procurar se integrar às lutas pela conscientização da população negra, busca dar sentido a processos de formação da identidade de grupos excluídos do modelo social pensado por nossa sociedade. Nesse percurso, se fortalece a reversão das imagens negativas que o termo “negro” assumiu ao longo da história. Já a expressão “literatura afro-brasileira” procura assumir as ligações entre o ato criativo que o termo “literatura” indica e a relação dessa criação com a África, seja aquela que nos legou a imensidão de escravos trazida para as Américas, seja a África venerada como berço da civilização. Por outro lado, a expressão “literatura afrodescendente” parece se orientar num duplo movimento: insiste na constituição de uma visão vinculada às matrizes culturais africanas e, ao mesmo

tempo, procura traduzir as mutações inevitáveis que essas heranças sofreram na diáspora. (FONSECA, 2006, p. 23-24).

O sentimento que essas definições causam é, justamente, o de indefinição pela pluralidade nas formas de pertencimento e identidade cultural de cada indivíduo.

Fonseca nos indica que o teor particularizante das expressões é visto de forma problemática por muitos teóricos e críticos do Brasil, das Antilhas, do Caribe e dos Estados Unidos, uma vez que tornaria a arte literária excludente, não representando, assim, um povo e uma cultura de forma geral. No caso do Brasil, dentro dessa visão, o indicado seria ter como referente uma literatura brasileira representativa de toda a nação.

Na colocação de Proença Filho (2004), por questões de afirmações étnicas, o mais apropriado seria fazer referência à presença do negro na literatura brasileira, em vez de usar o termo literatura negra, pois, em sua opinião, a literatura “não tem cor”. Para ele, “Há que considerar a literatura como lugar de afirmação e singularização de identidades múltiplas e várias, mas integradas no tecido da arte literária brasileira e universal.” (PROENÇA FILHO, 2004, p. 187).

Como sinaliza Fonseca (2006), mesmo entre os escritores que se assumem como negros e são sensíveis às questões relativas às exclusões e lutas dos mesmos há uma resistência ao uso dos termos literatura negra, literatura afro-brasileira. Por outro lado, a autora evidencia que alguns teóricos afirmam ser necessária a particularização, pois a literatura dita “universal” acaba por invisibilizar os conflitos de uma dada cultura, ainda

grande parte dos escritores negros não é conhecida dentro da literatura brasileira, em termos de recepção e inclusão no sistema escolar.

É diante dessas questões que alguns teóricos e escritores optam pelo uso dos termos literatura negra ou afro-brasileira, uma vez que são representativos de questões e conflitos pertencentes ou relacionados ao universo étnico-racial, diferentemente de uma literatura brasileira ou universal. O estudioso Eduardo de Assis Duarte, afirma:

No campo das artes e da literatura, em especial, é corriqueiro o argumento pelo qual elas não têm sexo, nem cor. O conservadorismo estético propugna a existência de uma arte sem adjetivos, portadora de uma essência do belo concebida universalmente. Sob esse prisma, vigoram os preceitos da arte pura, elevada e jamais contaminada pelas contingências ou pulsões da história. Uma arte cuja finalidade é não ter um fim para além de si mesma, como bem a define o idealismo kantiano. Todavia, no alvorecer do novo milênio, é o caso de se indagar a quem serve esse essencialismo. Não estará ele comprometido com o absolutismo de um pensamento que por séculos impôs outras essências tidas também como sublimes e absolutas, com a finalidade básica de perpetuar hierarquias e naturalizar a exclusão?(DUARTE, 2004, p.5)

Podemos entrever, na crítica feita pelo autor, que é no essencialismo da Literatura concebida em termos puristas e idealizadores que reside o preconceito velado e naturalizado, uma vez que, por esse prisma, a arte baseia-se em pressupostos estéticos e universais, não tocando, assim, nas questões históricas e socioculturais. Sobre isso, a pesquisadora Florentina Souza (2005, p.71) afirma:

Falar de literatura negra deve pressupor, no meu entendimento, duas questões centrais... O lugar de quem fala, seja um lugar étnico de pertença ou de adoção, portanto, sem essencialismos, e aliado a isto um debruçar-se sobre os arquivos da história do negro passada ou presente e/ ou sobre as culturas de origem africana. Não acredito, portanto, que a literatura, como a alma, não tem cor.

Para a autora, não podemos conceber a literatura negra como essencialização, uma vez que é produto de vivências diferenciadas, portanto não se alinha ao teor homogeneizante de uma literatura pautada na universalização, que, para a mesma, traduz-se em ocidentalização.

E o que essa universalização compreende? Qual seria o critério de reconhecimento de um texto? Só a estética, o trabalho com a linguagem para a fruição? Essa literatura, caracterizada pela resistência e contextualização sociocultural, seria, por ter esse aspecto, uma produção panfletária? Lima (2009), afirma que a literatura negra tem um trabalho de engajamento sim, mas a riqueza de seu trabalho criativo vai além desse aspecto:

Engajada na luta em prol dos direitos do cidadão afro-brasileiro, ela suplanta a literatura *sobre* o negro e faz agora uma literatura *do* negro e *para* o negro com todas as particularidades sonoras, visuais e temáticas que a caracterizam, mas sem limitá-la a ser apenas um instrumento de resistência, como ocorre, por exemplo, nos manifestos comunistas. A literatura e a arte negra em geral estão, sim, a serviço de uma luta contra o preconceito, mas a sua riqueza ultrapassa o âmbito do engajamento e seguem por uma série de inovações estéticas que mostram de maneira criativa o orgulho que o afro-brasileiro tem de suas origens, de sua religião, de sua cultura, de sua sexualidade. (LIMA, 2009, p. 72).

A literatura negra não é inferior à canonizada, mas é produzida de uma forma diferente, tendo como cerne um projeto literário comprometido com os anseios de uma grande parcela da população brasileira por muito tempo desconsiderada, mas, para além disso, forja inovações estéticas, poéticas.

Tal ato produtivo vai contra a ideia de valor de uma obra a partir de seu aspecto atemporal e universal, como o querem críticos que imputam

qualidade na obra sem qualquer relação ao seu âmbito exterior. O problema que aí se aloca, como nos aponta Mazzoni (1998), é que o cânone estabiliza e cristaliza as produções, por ele consideradas dentro desse parâmetro, passando-as, de geração em geração, em instâncias de poder, universidades, escolas, livros, não considerando as mudanças sociais que ocorrem ao longo do tempo.

Essa também é uma questão trazida por Fonseca (2006): os mecanismos de exclusão legitimados pela sociedade. Nesse âmbito, a intervenção do crítico literário é de suma importância, uma vez que, no geral, o mesmo detém o poder de escolha dos textos que irão compor os programas de literatura. Quanto a isso, observando nosso panorama brasileiro, iremos perceber que:

[...] quando nos referimos à literatura brasileira, não precisamos usar a expressão “literatura branca”, porém, é fácil perceber que, entre os textos consagrados pelo “cânone literário”, o autor e autora negra aparecem muito pouco, e, quando aparecem, são quase sempre caracterizados pelos modos inferiorizantes como a sociedade os percebe. (FONSECA, 2006, p. 13)

Observa-se, assim, que o processo de escolha dos textos a serem difundidos em setores sociais importantes para a formação do leitor, configura-se em uma forma legitimada de exclusão, já que os que detêm mecanismos de poder e saber não dão respaldo a essa produção relativa à população negra.

Para Duarte (2008), a escrita do afrodescendente trata da questão étnico-racial de forma posicionada. O uso do vocabulário, o direcionamento ao público é intencional e interage entre si. A temática volta-se, principalmente, para questões referentes à população afro-

brasileira. O ponto de vista confere ao texto abordagens, situações e conflitos diferentes dos perpassados pelo branco colonizador. Essa diferença de perspectivas sociais atua contra a assimilação cultural ontológica. “No entanto, o tema negro não é único ou obrigatório, nem se transforma numa camisa de força para o autor afrodescendente, o que redundaria em visível empobrecimento”. (DUARTE, 2008, p.14). O autor considera a literatura afro-brasileira, enquanto campo específico, distinto da literatura brasileira, mas que se faz em constante diálogo com a mesma. Assim, como vemos, o campo é tenso e, por vezes, ambivalente.

Ao tratar da autoria, Duarte afirma: [...] “é preciso compreender a autoria não apenas como um dado exterior, mas na condição de constante discursiva integrada à materialidade da construção literária” (DUARTE, 2008, p. 15). Ou seja, não basta apenas que o (a) escritor (a) tenha traços fenotípicos, como a cor da pele, que o (a) identifique enquanto negro (a), mas é preciso que esses traços se materializem na produção literária dos mesmos. Até porque, há que se pontuar, que nem todos (as) escritores (as) “visivelmente” negros (as) estão comprometidos (as) em sua escrita com um projeto crítico voltado para a percepção desse sujeito, suas demandas e lutas.

Em relação à formação de um público leitor, observa-se que esta é marcada pela diferença cultural e pelo anseio de afirmação identitária:

No caso, o sujeito que escreve o faz não apenas com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o faz também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz de uma determinada coletividade. Isto explica a reversão de valores e o combate aos estereótipos, que

ênfaticamente o papel social da literatura na construção da auto-estima dos afro-descendentes. (DUARTE, 2008, p.20)

Não podemos restringir o direcionamento dessa literatura a um público específico, até porque a reeducação étnico-racial implica em novas formas de relacionamento entre negros e brancos, em que as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas, bem como os direitos à cidadania e à humanidade concernentes a ambos e isso requer acesso a novos conhecimentos e discursos por parte também do segmento branco da população. Entretanto, o público negro é tocado mais profundamente, pois vivencia “na pele” situações cotidianas de preconceito racial e discriminação.

Cuti (2010) também nos dá sua contribuição ao discutir sobre a produção literária do segmento negro da população brasileira. O escritor tece fios tênues sobre os termos levantados acima: literatura afro-brasileira, literatura afrodescendente e literatura negra. Para ele, a ideia de uma afro-brasilidade, contida no prefixo afro, tende a minimizar as tensões raciais, uma vez que, segundo ele, um afro-brasileiro pode ser um não-negro e dessa forma não sofrer “na pele” os efeitos da discriminação racial. Nessa visão, as literaturas afro-brasileira e afrodescendente estariam atreladas à literatura africana, não tendo o mesmo efeito de combate ao racismo brasileiro e negaríamos, assim, as singularidades nacionais.

Os termos afro-brasileiro, afrodescendente e negro parecem, dentro da perspectiva do autor, caminhar em sentidos extremos. No primeiro caso, como vimos, o prefixo afro dá a ideia de remissão ao continente africano e engloba negros e não negros. Estes não sendo atingidos pelo preconceito de

cor, uma vez que a ascendência africana nem sempre se identifica na pele, não estariam diretamente no embate com a questão nevrálgica dessa tensão, que é o racismo. Já o termo negro, frente a sua contextualização social e histórica, supõe, para o autor, um fechamento a um campo de disputa e enfrentamentos políticos e reivindicações frente ao racismo.

Cuti (2010), por sua vez, traz à cena uma nova nomenclatura para a literatura relacionada à personagem, ao autor (a) e ao leitor negro (a): a literatura negro-brasileira, como uma vertente, um veio da literatura brasileira. A escolha pelo termo negro-brasileiro se dá não só por uma questão de identidade cultural, mas por uma constatação da identidade linguística, uma vez que Cuti considera que esta é uma luta terminológica e ideológica.

Corroborando com Cuti, entendemos que a atribuição de uma terminologia a essa produção é um processo semântico ainda em curso. Essas são, pois, definições em processo de construção, que se tecem em meio ao devir e à ambivalência. Não podemos, ainda, definir exatamente qual termo se encaixa perfeitamente a essa modalidade de produção, mas o que percebemos é que essas nomenclaturas literatura negra/afro-brasileira/afrodescendente/negro-brasileira, apesar de conterem em si particularidades e diferenciações semânticas e contextuais, como evidencia cada teórico aqui trazido, comportam em comum um objetivo: destacar a produção feita a partir de uma consciência de pertencimento étnico-racial, a partir do eixo da negritude, que perpassa o texto, o autor e atinge o público leitor, com o intuito de visibilizar as diferenças socioculturais que

permeiam nossa nação. Desestabilizam, assim, a ideia de uma literatura unívoca, homogênea, evidenciando que o pensamento é situado, não existe pensamento universal!

A literatura não é a realidade, mas quase sempre se constrói em relação à realidade. Nesse sentido, pode formar ou deformar os indivíduos que dela se nutrem. O importante aqui, independente do termo que utilizamos, (até por que eles coexistem em textos, em discursos de alguns teóricos), é refletir e problematizar a inserção dessa perspectiva negra, étnico-racial na literatura brasileira, que muitos defendem ser universal e representativa de toda cultura, de todo o povo, deslocando o olhar para a sua diversidade de perspectivas.

3. LITERATURA BRASILEIRA E REPRESENTAÇÃO CULTURAL NEGRA: ENTRE A AUSÊNCIA E A LUTA PELA VISIBILIZAÇÃO

Na pesquisa *Personagens do Romance Brasileiro contemporâneo, de 1990-2004*, Regina Dalcastagnè (2005) buscou ver o que e como a produção literária brasileira, balizada por três grandes editoras, entre as mais importantes em termos comerciais no país: Companhia das Letras, Record e Rocco escolhem como foco, pelo que se interessa e o que mostra. Ficou visível que essa literatura não contempla grupos sociais, como o dos pobres e dos negros. Para a pesquisadora, o sentimento que a ausência desses dois grupos causa é de desconforto, uma vez que:

Reconhecer-se em uma expressão artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de uma legitimação de identidades, ainda que elas sejam múltiplas. Daí

o estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas. (DALCASTAGNÈ, 2005, p.14).

A autora pontua que a ausência desses grupos no romance brasileiro costuma ser justificada pela invisibilidade dos mesmos na sociedade brasileira. Diante disso, a autora nos indica uma proposição, a de que o reverso da invisibilidade seja a dificuldade de enxergar. É então que entra a figura do produtor artístico, do escritor, implicada em sua subjetividade e, conseqüentemente, em suas escolhas. Destarte, Dalcastagnè observa que tal cenário pode ser traduzido na ausência de produtores literários negros e pobres:

O silêncio dos grupos marginalizados – entendidos em sentido amplo, como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valoração negativa da cultura dominante, sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério – é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam falar em nome desses grupos, mas também, embora raramente, pode ser quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes. Mesmo, no último caso, tensões significativas se estabelecem: entre a “autenticidade” do depoimento e a legitimidade (socialmente construída) da obra de arte literária, entre a voz autoral e a representatividade de grupo e até entre o elitismo próprio do campo literário e a necessidade de democratização da produção artística. (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 15-16).

Tal consideração nos leva a refletir sobre a legitimação da literatura e a monopolização desta, por parte de um grupo dominante que exclui e desautoriza a voz do outro, o que afasta do campo literário expressões e perspectivas sociais e estéticas diversas. O que aponta para a necessidade

de democratização do campo literário, o que diz de acesso a bens culturais e econômicos.

Muitos dados de sua pesquisa nos interessam, por exemplo, na categoria referente à cor das personagens, observa-se que a branca prepondera, com uma ocorrência dez vezes maior que a negra. De 1245 personagens, 994 são brancas, o que representa 79,8% contra 7,9% das negras que somam apenas 98 personagens.

Ainda no que concerne à posição ocupada na trama, os brancos quase monopolizam os papéis de protagonistas e narradores, representando, respectivamente, 84,5% e 86,9% de um total que abarca mais cinco categorias: negros, mestiços, indígenas, sem indícios e não pertinente. Observamos, assim, que a menor “fatia” ainda é repartida por cinco grupos. Especificamente, os negros representam 7,9% das personagens e 2,7% dos narradores. Assim, evidencia-se a seguinte questão:

A pequena presença de negros e negras entre as personagens sugere uma ausência temática na narrativa brasileira contemporânea, que o contato com as obras, dentro e fora do *corpus*, contos e romances, confirma: o racismo. (DALCASTAGNÈ, 2005, p.46)

Deste modo, juntando as variáveis de sexo, posição das personagens na narrativa e cor, observamos como é grande a ausência de mulheres e de negros. Aliando essas variáveis à união dos dois fatores, mulheres e negras, torna-se mais grave ainda essa invisibilidade.

Mais alarmante é que 93,9% dos autores e autoras estudados, na pesquisa de Dalcastagné, são brancos, o que mostra expressivamente o domínio de tal homogeneidade racial, os demais 3,6% não tiveram a cor

identificada e 2,4% engloba a categoria coletiva dos “não brancos”. Assim: “Os números indicam, com clareza, o perfil do escritor brasileiro. Ele é homem, branco, aproximando-se ou já entrado na meia idade, com diploma superior, morando no eixo Rio-São Paulo” (DALCASTAGNÈ, 2005, p.33). Destarte, fica visível que o campo ficcional brasileiro mira-se apenas por uma linha de representação e não dá conta da diversidade social brasileira.

Podemos afirmar que esse cenário se repete em outros gêneros textuais como poesias, contos, já que também compõem esse sistema literário e que, ao longo da história, vários teóricos e estudiosos, preocupados com a questão étnica, tem evidenciado isso. Diante deste panorama, podemos inferir que:

A discriminação (prática do preconceito que se institui na rejeição do outro, seja por desqualificação verbal, seja por agressão física) instala-se não apenas no relacionamento entre as pessoas. A discriminação se faz presente no ato da produção cultural, inclusive na produção literária. (CUTI, 2010, p. 25)

Fica visível, então, o teor excludente da produção literária brasileira, primeiro, por se pautar pela universalização, que esconde outras perspectivas sociais, culturais e étnico-raciais. Segundo, a ausência dessas perspectivas, pode, por vezes, ser ligada à figura do produtor, pois, como vimos, a personagem branca, masculina, preponderantemente, indica produtores brancos e homens, o que indica que produtoras mulheres e produtores negros, e, mais ainda, produtoras mulheres e negras, estão quase que fora desse campo literário difundido por grandes sistemas literários. Dessa forma, entendemos a literatura conforme define Dalcastagnè (2005, p. 21-22):

A literatura é um artefato humano e, como todos os outros, participa de jogos de força dentro da sociedade. Essa invisibilização e esse silenciamento são politicamente relevantes, além de serem uma indicação do caráter excludente de nossa sociedade (e, dentro dela, de nosso campo literário).

Assim, Dalcastagnè (2005) conclui apontando que a área literária é demarcada por disputas de poder e reconhecimento, o que indica seu cunho ideológico. Na visão da autora, no geral, concebemos a literatura como um meio de informação e de acesso à cidadania, como um campo livre e aberto à diversidade, porém, ao se idealizar a literatura, ao balizá-la pelo conceito de um belo transcendental, se legitimam algumas vozes em detrimento de outras. Desse modo, são travadas disputas de poder, já que a linguagem, a fala é poder! Diante dessa constatação de exclusão, somos levados a questionar esse sistema de produção e tentar empreender sua democratização, tanto nas representações, quanto no próprio ato de fazer, na produção dessas representações.

Como nos aponta Silviano Santiago (2004), a necessidade de ampliação da democratização cultural no país requer a politização da cultura e da arte literária como forma de reparação dos despejos linguístico, cultural e territorial sofridos pelos povos colonizados. Dentro desse processo, observamos que a atividade de inserção e, ao mesmo tempo, de diferenciação da literatura negra na literatura brasileira faz-se como uma forma de reparação desses despejos já que:

Impedir alguém de expressar-se pode ser um ato praticado de várias maneiras. Por todo o período da escravização no Brasil e no mundo, a expressão do escravizado ficou tolhida. Aliás, calar o outro é uma das táticas para dominá-lo. A violência colonial serviu para impor limites à expressão dos escravizados.

Esse silêncio impositivo atravessa o tempo, naturaliza-se. A feição do racismo à brasileira se pauta por silenciar os discriminados. Essa ideologia vai se imiscuir também na avaliação da arte. (CUTI, 2010, p.58)

Por essas e outras razões, Silviano Santiago (2004) aponta ser crucial retomarmos a memória dos pobres e subalternizados, excluídos pelo sistema de dominação e controle, para se empreender e/ou visibilizar outras formas de luta em processos de apropriação territorial, cultural e linguístico.

Dentro desse processo de democratização do campo literário, Santiago (2004) mostra o movimento de desconstrução que vem sendo operado sobre os termos *nacional* e *universal*. O abalo e questionamento do termo *nacional* tem sido empreendido pelos diversos movimentos sociais, que visam uma política identitária para grupos minoritários, que veem na política nacional do ocidente formas arquitetadas de divisões sociais e rejeição de grupos também constituintes da nacionalidade, como o de mulheres, negros, índios, entre outros. “Dentro do ponto de vista da nacionalidade como a entendemos hoje, esses grupos sociais minoritários se apresentam na cena política *como tais*, para dizer como foram e estão sendo destituídos de voz [...]” (SANTIAGO, 2004, p.169).

Podemos afirmar que a desconstrução do termo nacional, para além de uma esfera política partidária, tem sido feita também nesse sistema literário que, por tempos, insistiu em manter a imagem de uma nação una, homogênea, escamoteando a diversidade e a participação de tais grupos minoritários em sua constituição.

Já o segundo conceito, o de universalidade vem sendo desconstruído, uma vez que estudiosos e ativistas políticos, como os trazidos anteriormente nessa discussão, têm reconhecido que, na formação da noção filosófica de universalidade, se deu à homogeneização do mundo aos padrões colonizadores eurocêntricos. “Assim: Como decorrência desse trabalho de desconstrução dos conceitos de nacional e de universal, o modo atual, tanto do texto da literatura quanto da prática política é o da fragmentação.” (SANTIAGO, 2004, p. 173).

Tais considerações de Silviano Santiago se imbricam com as discussões e problematizações, de um teor universal literário, trazidas pelos (as) teóricos (as) e intelectuais, negros (as) ou sensíveis a essa causa e nos ajudam a pensar em uma literatura marcada pela diferença cultural. Sem desconsiderar o caráter estético, a fruição, afirmamos a relevância de uma literatura como prática social, cunhando o termo de Silviano Santiago, anfíbia, que seja capaz de potencializar a vida, pois: “A atividade artística do escritor não se desloca da sua influência política; a influência da política sobre o cidadão não se desloca da sua atividade artística.” (SANTIAGO, 2004, p.66).

Portanto, ratificamos a importância de se produzir literatura aliada ao seu teor cultural, atentando para os locais de enunciação dos sujeitos produtores, já que, assim como a vida, ela é diversificada, portanto não pode mirar-se por uma linha discursiva homogeneizante e cerceadora, mas deve abrir-se às diferentes vozes sociais em sua pluralidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o (a) produtor (a) literário (a) negro (a) foi ceifado de seu direito a um lugar reconhecido no plano do discurso e da escritura, tanto pela ausência, quanto pela sub-representação, o que evidencia como a variável étnico-racial interfere em processos de exclusão/legitimação. Através dos pressupostos teóricos aqui levantados, pudemos constatar como tal cenário corroborou para processos de questionamento ao apagamento e negação de sua voz no plano da literatura brasileira, incutindo na mesma o teor particularizante de uma textualidade negra que, a partir da realidade vivenciada pelos seus produtores, exprime uma diferença cultural. Observamos, assim, que o literário pensado dentro de uma proposta crítica cultural transcende o texto e a estética literária, pois abarca a própria vida, enquanto texto, enquanto discurso.

Diante do exposto, entendemos que a literatura, transformada por processos de democratização, deve abrir-se às produções culturais antes desconsideradas, como a de escritoras e escritores negros. Esse movimento se configura como prática de enfrentamento aos diversos preconceitos, como o étnico-racial, presentes no campo literário, uma vez que, como já vimos, este é perpetrado por redes de disputas e poder. Assim, discutir sobre a universalidade da literatura e seu teor excludente, torna-se pertinente para pensarmos em sua reconfiguração, em outros modos de produção que abarquem os sujeitos sociais em sua diversidade.

5. REFERÊNCIAS

ANTOLOGIA de poesia afro-brasileira: 150 anos de poesia negra no Brasil. In: *Musa Calíope: Revista Eletrônica Internacional de Literatura e Poesia*. nº 4, nov - dez 2011, vol.1. Disponível em: <http://issuu.com/icsdobrasil/docs/musa_caliope_ed4_volume_i>. Acesso em: 16 jun. 2014.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CULLER, Jonathan. Literatura e Estudos Culturais. In: ---. *Teoria Literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999, p. 48-58.

CUTI, Luiz Silva. *Literatura Negro-Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, n. 26, jul./dez. 2005, p. 13-71.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é uma literatura menor? In: *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 25-42.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afrodescendência. In: *Portal Literafro*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/conceituacao.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

---. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31. Brasília, jan-jun de 2008, pp. 11-23. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2017> Acesso em: 03 de dez. de 2013.

FERRÉZ. Terrorismo literário. In: FERRÉZ (Org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 9 -14.

FONSECA, Maria Nazareth Soares: Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder a polêmica. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). *Literatura afro-brasileira*. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 10-24.

LIMA, Carina Bertozzi. Literatura negra – uma outra história. In: *Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*. Vol. 17-A, dez. 2009, p. 67-77. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol17A/TRvol17Af.pdf. Acesso em: 20 abr. 2013.

MAZZONI, Vanilda Salignac. A escrita feminina: em busca de uma teoria. In: *Revista Ramal de Ideias*. N.1, 1998. Disponível em: <http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaoscomplementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-das-letras/a-escrita-feminina>. Acesso em: 12 mai. 2014.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte. Ed.UFMG, 2004.

SOUZA, Florentina. Literatura Afro-Brasileira: algumas reflexões. *Revista Palmares: Cultura Afro-Brasileira*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, Ano 1, n°2, 2005, p.64-72.

TODOROV, Tzvetan. . *A literatura em perigo*. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.